



# Câmara Municipal de Évora

Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo

Núcleo de Documentação



Fonte: Câmara Municipal de Évora

## Manual de Procedimentos de Indexação

---

Manual de Procedimentos de Indexação elaborado por Orlanda Silva, Assistente Técnica no Núcleo de Documentação, Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Évora em maio de 2013.

## Introdução

A indexação é um procedimento técnico de extrema importância para os serviços de informação. Apresentar essas técnicas de forma integrada possibilita uma visão mais abrangente do trabalho.

Uma política de indexação “é uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo” (Nunes, 2004). O *Manual de Procedimentos de Indexação* consiste na formalização documental da política de indexação.

Assim, o *Manual de Procedimentos de Indexação*, que aqui se apresenta, constitui um indispensável documento de referência e de orientação, pois contém os princípios, as normas, as diretrizes e os procedimentos operacionais, nomeadamente no que diz respeito à indexação de documentos. Por outro lado, este documento escrito permite uniformizar e dar continuidade a algumas decisões técnicas e critérios adotados no Núcleo de Documentação (ND) da Câmara Municipal de Évora (CME), pois na realidade o ND, enquanto serviço de informação especializado, realiza indexação e possui práticas profissionais instituídas que passaram oralmente de profissional para profissional. Neste contexto, a elaboração deste *Manual de Procedimentos de Indexação* tem como finalidade evitar que o ND fique sem qualquer registo escrito das opções técnicas que foram tomadas quando houver mudanças das equipas de trabalho, isto é, este manual constitui-se como um recurso de integração e conhecimento para novos funcionários, embora não possa substituir a formação/orientação *in loco*, pois dificilmente se poderia reunir, num único documento, todos os procedimentos com a pormenorização necessária. Contudo, trata-se de um documento em aberto, o que possibilita a sua constante reestruturação e atualização, de forma a cada vez melhor responder às necessidades dos utilizadores/gestores do ND da CME.

“Para desenvolver uma política de indexação consistente e pertinente é necessário perceber o funcionamento do serviço no qual se quer implementar essa mesma política” (Costa, 2009). Neste contexto, é imprescindível realizar uma análise *SWOT*, de modo a identificar os pontos fortes, os pontos fracos, bem como as oportunidades e as ameaças. “Para além disso, é fundamental conhecer as necessidades dos utilizadores que pretendemos servir e o fundo documental que nos propomos tratar” (Costa, 2009). Por outro lado, o público do ND é um público heterogéneo, “sendo por isso essencial desenvolver mecanismos que facilitem o seu acesso à informação pretendida. É de todo pertinente definir uma política de indexação dos documentos, independentemente do suporte em que estes se apresentem” (Costa, 2009). Esta política de indexação destina-se a ser aplicada a todos os tipos de materiais existentes no ND e tendo em consideração todo o trabalho até aqui executado, uma vez que a coleção do ND está catalogada a 100% e classificada/indexada a 90%.

Por fim, “para que esta rotina [processo de indexação] seja executada da melhor forma e adequada ao público que [o ND] serve é necessário proceder à fixação dos instrumentos utilizados e a uma normalização das práticas efectuadas” (Costa, 2009), ou seja, consideram-se os níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, as linguagens documentais escolhidas, a estratégia de pesquisa e a avaliação do sistema.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Caracterização e análise do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora</b> .....	<b>3</b>
Matriz <i>SWOT</i> .....	3
<b>Perfil dos utilizadores</b> .....	<b>5</b>
<b>Características do fundo documental</b> .....	<b>5</b>
<b>Linguagem documental selecionada</b> .....	<b>6</b>
<b>O processo de indexação – modo operativo</b> .....	<b>7</b>
<b>Níveis de exaustividade e de especificidade</b> .....	<b>10</b>
<b>Estratégias de pesquisa</b> .....	<b>11</b>
<b>Avaliação da política de indexação</b> .....	<b>11</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>12</b>

## Caracterização e análise do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora

O concelho de Évora tem uma área de 1.306,3 Km<sup>2</sup> e conta com uma população de cerca de 56.000 habitantes. A CME é o órgão executivo colegial do município e compreende um conjunto de departamentos, divisões e secções. O ND da CME foi criado em 1987, está integrado na Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo e a sua organização interna fixa-se num organograma.

O ND é um centro de documentação especializado na área do património e têm como missão contribuir para a gestão autárquica, para o desenvolvimento cultural/educativo e apoiar a investigação sobre região de Évora e do Alentejo, sobretudo no que se refere ao património arquitetónico e cultural. Em 1991, devido à grande afluência de utilizadores externos foram definidos os objetivos: reunir os documentos e a informação sobre Évora e a região do Alentejo; selecionar e tratar a documentação recebida na autarquia; prestar apoio na área da investigação histórica e cultural.

A análise realizada, através da matriz *SWOT*, é fundamental, pois “levando a cabo esta análise tomamo-nos mais conscientes e conhecedores do serviço que pretendemos melhorar e assim desenvolvermos uma resposta melhor e mais eficaz” (Costa, 2009).

### Matriz *SWOT*

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>a) Estrutura organizacional da autarquia;</li><li>b) Grande parte da equipa é constituída por pessoal especializado;</li><li>c) Tratamento documental;</li><li>d) Equipa comprometida na qualidade dos serviços prestados aos utilizadores;</li><li>e) Renovação das instalações;</li><li>f) Existência de postos informáticos para os funcionários;</li><li>g) Existência de um sistema de gestão bibliográfica (automatização do catálogo);</li><li>h) Existência de um <i>site</i> do ND;</li><li>i) Catálogo disponível na <i>Intranet</i> e na <i>Internet</i>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Parte da equipa não é especializada, nem vocacionada para exercer funções nesta área;</li><li>b) Espaço físico insuficiente;</li><li>c) Inexistência de postos informáticos para os utilizadores;</li><li>d) A aquisição não contempla a modalidade “compra”;</li><li>e) Disponibilidade financeira limitada.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>a) Évora classificada Cidade Património Mundial;</li><li>b) Crescimento da Universidade de Évora (UE).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Disponibilização de recursos financeiros;</li><li>b) Panorama económico nacional e internacional;</li><li>c) Existência de outras bibliotecas na proximidade.</li></ul>

### Pontos fortes

A estrutura da CME foi instituída adequadamente, o que tem permitido que a organização identifique as tarefas necessárias ao alcance dos objetivos definidos, bem como as funções e responsabilidades de cada um. Neste

sentido, a CME é constituída por várias secções, divisões e departamentos que contribuem para a boa gestão e organização da autarquia e das suas atividades.

Grande parte da equipa é constituída por pessoal especializado e o tratamento documental é feito por três membros da equipa, dois dos quais são especializados na área da Ciência da Informação e da Documentação. Contudo, a equipa está comprometida com a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores.

Em 2003, o ND da CME iniciou a sua reorganização espacial no edifício. As instalações foram alvo de uma remodelação e, neste momento, já dispõe de uma sala de leitura, duas salas de trabalho e um depósito. Dispõe também de um serviço de fotocópias e uma livraria municipal. Relativamente ao equipamento, os funcionários dispõem de seis postos informáticos para trabalhar.

Foi também a partir de 2003 que se iniciou a automatização do catálogo (*PrismaCatwin*), o qual se encontra disponível no *site* da Câmara Municipal, pois atualmente parece existir uma convergência crescente entre informação e a tecnologia em que esta assenta e um desejo de utilizar a tecnologia para suportar o avanço do ensino, da aprendizagem e do processo de pesquisa e investigação. Uma rápida evolução da tecnologia leva a que os serviços de informação se tomem cada vez mais “dependentes” da tecnologia para o fornecimento de informação. No entanto, a automatização do catálogo tem favorecido um tratamento documental (catalogação, classificação e indexação) mais eficiente e eficaz.

### **Pontos fracos**

Parte da equipa não é especializada nem vocacionada para trabalhar nesta área, o que por vezes se traduz em sérios constrangimentos nos serviços prestados pelo ND da CME. O espaço físico apesar de ter sofrido uma remodelação e de ter melhorado significativamente ainda é insuficiente, pois a livraria municipal funciona no corredor. É fundamental a existência de um espaço para o bom funcionamento da livraria. Porém, verifica-se inexistência de computadores de acesso aos utilizadores para consultar o catálogo em linha, leitura dos vários recursos eletrónicos, sonoros e vídeo ou pesquisa e consulta de informação disponível na *Web*.

A aquisição de recursos faz-se somente por oferta, permuta e doação. O orçamento não disponibiliza verbas para aquisição por compra, pois as verbas disponibilizadas pela autarquia para o ND tende a ser instável.

### **Oportunidades**

A classificação da cidade de Évora como Património Mundial pela UNESCO, em 1986, e o crescimento da UE possibilitaram novas vivências ao Centro Histórico, atraindo muitos jovens estudantes e investigadores, que vêm de outras regiões de Portugal e de outros lugares do mundo, permitindo o alargamento de públicos.

### **Ameaças**

A disponibilização dos recursos financeiros para a CME é condicionada: pelo panorama económico nacional e internacional; por fatores políticos externos à organização; e pela política de investimentos interna da organização.

A existência de outras bibliotecas nas proximidades é uma ameaça, uma vez que os serviços que as mesmas fornecem podem representar alguma concorrência ao ND da CME.

Assim, é fundamental que a CME aposte cada vez mais em pessoas com capacidades técnicas e experiência profissional na área da Ciência da Informação e da Documentação, na melhoria das suas instalações e equipamentos, na medida em que tal vai repercutir-se na qualidade e promoção dos seus serviços.

## Perfil dos utilizadores

Os utilizadores do ND da CME são “públicos muito heterogéneos e díspares, no que se refere às faixas etárias, ao género, à formação profissional e à condição sócio-profissional” (Costa, 2009), uma vez que o público-alvo do ND da CME são os serviços internos e os utilizadores externos - estudantes do ensino secundário e do ensino universitário (licenciatura e mestrado), investigadores, outras entidades públicas ou privadas e o cidadão comum - que pretendem realizar trabalhos de investigação ou querem adquirir um maior conhecimento nas áreas temáticas que constituem o fundo documental, armazenado e arrumado em diferentes suportes de informação (digital, áudio-vídeo, papel).

## Características do fundo documental

A coleção existente no ND é constituída, à data de 31 de dezembro de 2012, por cerca de 19 000 existências, sendo 18 819 material impresso e 149 não impresso, que se distribuem da seguinte forma: monografias, livros, brochuras, dossiers temáticos, dicionários e atlas – 16622; publicações em série – 2053; material gráfico (desenhos, fotografias, gravuras, ilustrações, postais) - 144; recursos vídeo e de projecção visual (cassetes vídeo, DVD's e diapositivos) - 29; recursos sonoros (CD áudio) - 25; e recursos eletrónicos (CD, DVD e serviço em linha) - 95. A coleção disponibilizada no catálogo encontra-se catalogada a 100% e classificada/indexada a 90%. Por outro lado, o fundo documental encontra-se distribuído pelas diferentes áreas temáticas (CDU):

CDU	Existências	% da área temática em relação à totalidade do fundo
0	2380	13,90%
1	112	0,65%
2	246	1,44%
3	4120	24,07%
5	486	2,84%
6	1549	9,05%
7	3435	20,07%
8	1608	9,39%
9	3182	18,59%
<b>Total</b>	<b>17118</b>	<b>100%</b>

Os materiais que constituem a coleção do ND quando são disponibilizados ao público já passaram por todo o processo de tratamento documental, isto é, foram registados na base de dados, catalogados, classificados, indexados, carimbados, etiquetados e arrumados/organizados na estante de acordo com a CDU – Classificação Decimal Universal, uma vez que a cotação é feita recorrendo à notação CDU simplificada e complementada pelas primeiras três

letras do apelido do autor ou da entidade a quem foi atribuída a menção de responsabilidade (pessoa coletiva, produtor, editor, etc.), em maiúsculas e pelas três primeiras letras do título da obra que se está a descrever, em minúsculas, excluindo determinantes e preposições - cotação alfanumérica.

## **Linguagem Documental selecionada**

A indexação é “uma ação que consiste em descrever ou caracterizar um documento relativamente ao seu conteúdo, representando esse conteúdo numa linguagem documental” (NP 3715, 1989: 4). Todavia, a “linguagem documental” é uma “linguagem formal utilizada para caracterizar os dados ou o conteúdo dos documentos e permitir o seu armazenamento e recuperação” (NP 4285-4, 2000: 4). No entanto, “Lancaster (4, 5) diz que a linguagem de indexação afeta o desempenho de um sistema de recuperação de informações em dois pontos: na estratégia de busca, estabelecendo a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do usuário e na indexação, estabelecendo a precisão com que o indexador pode descrever o assunto dos documentos” (Carneiro, 1985).

Neste contexto, tendo em conta o perfil heterogéneo dos utilizadores do ND da CME optou-se pela utilização de duas linguagens em simultâneo, por um lado a escolha recaiu nos cabeçalhos de assunto construídos de acordo com o manual SIPORbase e por outro na CDU – Classificação Decimal Universal (linguagens documentais pré-coordenadas e controladas).

As linguagens documentais pré-coordenadas são caracterizadas pela “subjetividade (conceitos compostos), autonomia do indexador e fáceis de serem utilizadas” (Costa, 2009). Este tipo de linguagem “tem a vantagem de ser mais precisa e de facilitar a estratégia de busca, evitando falsas associações e relações incorretas” (Carneiro, 1985). Por outro lado, segundo Costa (2009) a pré-coordenação, com os sistemas automatizados, apresenta vantagens relacionadas à pós-coordenação, isto é, os elementos que constituem os cabeçalhos pré-coordenados podem ser pesquisados individualmente ou enquanto elementos de qualquer cabeçalho complexo. Todavia, “a inserção destas linguagens em ficheiros de autoridade ligados aos ficheiros bibliográficos permite a sua gestão de um modo que não era possível nos antigos sistemas manuais e uniformizam a sua aplicação a nível quer da indexação quer da pesquisa” (Santos, 2007 citada por Costa, 2009). No entanto, as linguagens documentais selecionadas pelo ND da CME para indexar documentos também são tipificadas como linguagens controladas. “A operação de indexação é mais lenta, mas o esforço despendido na busca é reduzido [...] e permite uma maior consistência na indexação” (Carneiro, 1985).

O fundo bibliográfico do ND da CME abrange todas as áreas do saber, embora tenha uma maior incidência nas áreas do património, história e gestão autárquica. Assim, “considerando que o tratamento de fundos bibliográficos tematicamente heterogéneos não permite [...] a adopção duma linguagem terminológica pré-estabelecida, e que o nível de especificidade desejado, para suprir as insuficiências da CDU tal como é usada actualmente, só pode ser conseguido recorrendo à pré-coordenação, optou-se por uma linguagem de indexação pré-coordenada e construída de forma indutiva e evolutiva” (Portugal, 1998) para a constituição de um catálogo alfabético de assuntos. Assim, “a linguagem documental a construir é uma linguagem terminológica usando termos da linguagem natural, controlados na forma e no significado, e usados coerentemente. É uma linguagem flexível, isto é, em que os termos embora podendo ser



inseridos numa estrutura semântica não dependem de uma estrutura categorial prévia” (Portugal, 1998). No entanto, a CDU “é um instrumento de trabalho que uniformiza os critérios de classificação dos documentos [...] tomando a CDU na linguagem comum de pesquisa por assunto” (Portugal, 2005). Porém, “é uma linguagem de tipo categorial, pelo facto de o conhecimento se encontrar dividido em grandes categorias epistemológicas” (Simões, 2008a), baseada num princípio de subordinação lógica no interior dum sistema de pensamento que vai do geral para o particular, respondendo a um processo de inclusão, abrangendo todas as áreas do saber e dando resposta a questões genéricas.

Por fim, a constituição de um catálogo alfabético de assuntos no ND da CME tem como objetivo dar resposta à necessidade de facilitar o acesso por assunto ao seu fundo bibliográfico e pretende “corresponder à necessidade de maior pertinência na recuperação, de que é condição essencial a especificidade da linguagem documental, não possível de obter pela CDU, sem prejuízo da facilidade de interrogação” (Portugal, 1998). No entanto, de acordo com Simões (2008b) ambas são instrumentos que permitem representar, organizar e recuperar a informação e por isso complementam-se, pois proporcionam dois tipos de pesquisa, ou seja, uma pesquisa específica e uma pesquisa genérica, constituindo-se como uma mais-valia para o utilizador do ND da CME.

## **O processo de indexação – modo operativo**

A Indexação feita por cabeçalhos de assunto tem em conta os princípios básicos do sistema enunciados no Manual SIPORbase. Assim, considera-se o princípio do cabeçalho uniforme, isto é, cada assunto deve ser sempre representado por termo convencionado, de significado unívoco, expresso sempre na mesma forma. Este princípio implica o princípio terminológico (o conceito que representa um assunto deve ser expresso por novos termos, ou seja, sempre que se verifiquem alterações terminológicas na linguagem natural, as mesmas devem ser refletidas na linguagem documental) e o da entrada direta (a entrada de assunto deve ser constituída por um cabeçalho em que o assunto é dado diretamente pelo termo que o representa, não recorrendo à interposição de termo mais genérico).

Contudo, considera-se o princípio do cabeçalho específico, ou seja, cada assunto deve ser representado por um cabeçalho cujo sentido não seja nem mais lato nem mais restrito que esse assunto. Este princípio implica os princípios da entrada única (cada assunto deve ser representado por um só cabeçalho coextensivo com o conteúdo temático a que se aplica), da entrada específica (a entrada de assunto deve ser constituída por um cabeçalho específico) e de pré-coordenação (um assunto complexo, não susceptível de ser representado apenas por um termo de indexação, deve ser representado através da combinação dos termos correspondentes aos vários conceitos). Assim, deve-se analisar o documento para definição do seu conteúdo, identificação dos conceitos que expressam cada assunto e seleção daqueles que forem considerados pertinentes para representação em linguagem documental. Contudo, devem-se considerar pertinentes, para indexação, todos os assuntos duma obra em cujo conteúdo foram identificados até quatro assuntos.

No que respeita à pontuação, o ponto final pode ser usado como abreviatura em cabeçalhos que contenham termos abreviados que não sejam acrónimos (ex: Marques, A. R.. Prates), para separar dois elementos do mesmo cabeçalho, em que um é subordinante do outro (ex: Évora. Câmara Municipal).

A vírgula é usada em cabeçalhos de nome de pessoa e de família (ex: Pessoa, Fernando, 1888-1935; Melo, família, Séc. 18-), em cabeçalhos de nome de coletividades eventuais (ex: Congresso Nacional da Agricultura, 6, Lisboa, 1997), em cabeçalhos de nomes de dinastias (ex: Dinastia de Bragança, 1640-1910), em cabeçalhos de nome de acontecimentos e períodos datados com denominação própria (ex: Primeira Guerra Mundial, 1914-1918), em qualificadores geográficos (ex: Praça do Giraldo (Évora, Portugal)), em cabeçalhos de nomes próprios que terminem por datas e sejam seguidos por uma expressão (ex: Pessoa, Fernando, 1885-1935, na pintura) e em cabeçalhos autor/título seguidos por uma expressão (ex: Camões, Luís de, 1524?-1580 – Os Lusíadas, no cinema).

Os dois pontos são usados para separar qualificadores geográficos, os nomes das entidades qualificadoras do elemento designativo do tipo de entidade (ex: Ponte da Barca (Portugal: loc.)). Todavia, o hífen usa-se para ligar datas (ex: Pessoa, Fernando, 1888-1935) e para ligar os elementos de nome e título, em cabeçalhos de autor/título (ex: Camões, Luís de, 1524?-1580 – Os Lusíadas). Por outro lado, os parêntesis curvos são usados em cabeçalhos qualificados parenteticamente para conter os elementos qualificadores (ex: Basic (Linguagens de programação)) e o parêntesis retos são usados em subdivisão de forma para conter termos que designem a forma física ou bibliográfica que caracteriza o documento (ex: História - - [Dicionários]). O travessão usa-se em cabeçalhos subdivididos a preceder cada subdivisão (ex: Portugal - - História - - [Manuais escolares]).

O espaço utiliza-se de acordo com a ortografia corrente, para separar palavras ou elementos numéricos ou alfanuméricos equivalentes a palavras. Por outro lado, um ponto que indique abreviaturas não é seguido de espaço (ex: Supermercados A.C. Santos), um qualificador parentético é precedido de espaço e os elementos incluídos no qualificador não são separados dos parêntesis por espaço (ex: Bancos (Instituições financeiras)), o hífen que liga duas datas não deve ser precedido nem seguido de espaço (ex: França - - História - - 1789-1900), e um período datado em aberto deve conter quatro espaços a seguir ao hífen (ex: Música - - 1974- - - [Periódicos]).

Relativamente às maiúsculas, o seu uso respeita a ortografia corrente. Assim, a letra inicial dos termos que se encontrem no início de um cabeçalho, de uma subdivisão, de um qualificador e de uma referência é sempre maiúscula, bem como as abreviaturas e o termo USE, que especifica o tipo de entrada de referência. Todavia, para uso na linguagem documental são convencionadas as seguintes abreviaturas:

- a) Cabeçalhos contendo datas - a.C. (antes de Cristo), ca (“circa”), Séc. (século) e os meses são sempre escritos por extenso.
- b) Cabeçalhos com qualificadores geográficos – loc. (localidade), loc. ant. (localidade antiga), loc. ext (localidade extinta) e jur. pass. (jurisdição passada).

No que se refere à escrita a linguagem documental é expressa em alfabeto latino, devendo os termos originários de línguas que usem outros alfabetos, ser transliterados de acordo com tabelas de transliteração normalizadas.

Assim, quando inserimos os dados na base de dados automatizada (módulo *catwin*) devemos preencher, no bloco 6XX, os campos e respetivos subcampos:

- **600** - quando o nome de pessoa é usado como assunto (sempre que possível preenche-se o \$f – datas)

Exemplo: Silva, José Maria, 1751-1824

Exemplo: Silva, José Maria, 1923-

Exemplo: Vieira, João, 1934- - - Pintura - - Exposições - - [Catálogos]

- **601** - quando a coletividade ou grupo eventual é usado como assunto

Exemplo: Évora. Câmara Municipal - - Planos de atividades - - [Periódicos] (nome com entrada por designativo geográfico)

Exemplo: Congresso Nacional de Agricultura, 6, Lisboa, 1997 (nome com entrada por ordem direta, grupo eventual)

- **602** – quando o nome de família é usado como assunto (sempre que possível preencher o \$f – datas)

Exemplo: Melo, Família, 1920-

Exemplo: Cadaval, Duques de

- **604** – quando o autor/título é usado como assunto

Exemplo: Herculano, Alexandre, 1810-1877-História de Portugal

- **605** – quando o título é usado como assunto

- **606** – quando o nome comum é usado como assunto

Exemplo: Arte - - História

Exemplo: Literatura portuguesa - - Idade Média

Exemplo: Poesia portuguesa - - Alentejo (Portugal)

Exemplo: Engenheiros portugueses - - [Repertórios]

- **607** – quando o nome geográfico é usado como assunto

Exemplo: Évora (Portugal)

Exemplo: Sé e São Pedro (Concelho de Évora, Portugal)

Exemplo: Praça do Giraldo (Évora, Portugal)

Exemplo: Miróbriga (Portugal: loc. ant.)

A indexação feita através da CDU – Classificação Decimal Universal tem em conta a validade das notações (devem ser utilizadas as notações em vigor – CDU: Tabela de Autoridade, edição de 2005), a especificidade da classificação (o nível mínimo de especificidade das notações principais e auxiliares comuns é o nível refletido na CDU e podem ser usados os sinais comuns para ligar duas ou mais notações).

Contudo, quando inserimos os dados na base de dados automatizada (módulo *catwin*) devemos preencher, no bloco 6XX, o campo e respetivos subcampos:

- **675** - \$a Notação

\$v Edição

\$z Língua

Exemplo: 94(469.512)17

BN

por

\$a94(469.512)17\$vBN\$zpor

Sempre que ocorrerem várias entradas CDU no mesmo registo estas devem ser colocadas por ordem de importância relativamente ao conteúdo da obra.

Sempre que seja necessário atribuir mais do que uma entrada CDU à mesma obra deve repetir-se o campo 675 com todos os subcampos.

Exemplo: 802.0

371.3

BN

BN

por

Por

\$a802.0\$vBN\$zpor

\$a371.3\$vBN\$zpor

Por fim, sempre que seja necessário usar o sinal (:) ou o sinal (+) devem-se registar as entradas inversas, de modo a garantir o acesso às notações colocadas a seguir ao sinal.

Exemplo: 730:75(469.512)(083.82)

75:730(469.512)(083.82)

BN

BN

por

por

\$a730:75(469.512)(083.82)\$vBN\$zpor

\$a75:730(469.512)(083.82)\$vBN\$zpor

No entanto importa referir que este manual de procedimentos de indexação não dispensa a utilização/consulta do manual SIPORbase e da CDU: Tabela de autoridade.

## Níveis de exaustividade e de especificidade

“Cada etapa do processo de indexação é afetada por variáveis que vão influenciar praticamente todo o processo de recuperação da informação. Tais variáveis se referem aos níveis de exaustividade e especificidade requeridos pelo sistema, linguagem de indexação, capacidade de revocação e precisão do sistema” (Cameiro, 1985). Neste contexto, tendo em conta as linguagens documentais selecionadas, considera-se um maior nível de exaustividade e um maior nível de especificidade, pois o objetivo do cabeçalho uniforme, de acordo com o manual SIPORbase é conseguir uniformidade na indexação de todas as obras sobre o mesmo assunto, com vista à exaustividade na recuperação e o objetivo do cabeçalho específico é conseguir coextensividade entre o cabeçalho de assunto e o conteúdo temático a que se aplica, com vista à pertinência na recuperação. Porém, na indexação feita com recurso à CDU os conceitos devem ser representados pelas notações que mais especificamente lhes correspondam, de modo a garantir pertinência na recuperação da mesma.

Uma maior exaustividade, ou seja, a quantidade de pontos de acesso que o indexador atribui a cada documento, produz uma alta taxa de revocação e, conseqüentemente, a precisão tende a diminuir, isto é, “a revocação

mede a quantidade de documentos relevantes recuperados em uma busca (que inclui documentos irrelevantes, indicando, portanto, uma proporção) ” (Nunes, 2004). Por outro lado, para uma maior especificidade o indexador atribui o conceito selecionado sob o cabeçalho de assunto ou notação mais específico disponível na linguagem documental selecionada, o que produz uma alta taxa de precisão e, conseqüentemente, a revocação tende a diminuir, ou seja, “a capacidade que o sistema tem de evitar a recuperação de documentos irrelevantes” (Nunes, 2004). Neste contexto, as variáveis revocação e precisão comportam-se inversamente e são condicionadas pelas variáveis exaustividade e especificidade.

Tal decisão é suportada pelo tipo de serviço (especializado), pois segundo Carneiro (1985) o nível de exaustividade e especificidade será maior nas bibliotecas especializadas. Todavia, as necessidades informativas dos utilizadores do ND da CME (público heterogéneo) também influencia tal decisão, uma vez que existem utilizadores que necessitam de uma pesquisa bibliográfica mais exaustiva, logo exigem uma maior revocação do sistema e uma menor precisão e existem utilizadores que necessitam de uma pesquisa bibliográfica mais específica, exigindo uma maior precisão e uma menor revocação.

### **Estratégias de pesquisa**

No ND da CME a pesquisa é delegada, ou seja, o utilizador transfere a responsabilidade da pesquisa a um especialista da informação. Contudo, a pesquisa é conduzida pelo especialista da informação em estreita colaboração com o indexador, pois “uma indexação de assuntos envolve a descrição de documentos em função do tipo de usuário mais provável de se beneficiar deles, pode-se esperar que o *feedback* proporcionado pela operação de busca e pelo contato direto com os usuários será de ajuda substancial à operação de indexação” (Carneiro, 1985).

Por outro lado, os documentos resultantes de uma pesquisa são selecionados, pois deve ser exigido do utilizador um maior esforço na comunicação da sua necessidade de informação e será gasto o tempo que for suficiente para que o especialista da informação se assegure de que compreendeu precisamente o pedido efetuado pelo utilizador. Esta decisão tomada pelo ND da CME vai aumentar o esforço por parte do especialista da informação e do utilizador no processo de seleção de resultados, mas o serviço prestado pelo ND da CME assenta na premissa de satisfação das necessidades informativas da comunidade que serve.

### **Avaliação da política de indexação**

A política de indexação é um instrumento dinâmico, em constante atualização. “Tal atualização deve ser formalizada, assegurando-se rumo e consistência às eventuais mudanças, evitando-se que sofram demasiado a influência pessoal do bibliotecário transitoriamente incumbido de realizar a atividade de indexação” (Nunes, 2004). Neste contexto, a política de indexação será atualizada sempre que se verificarem alterações institucionais e conforme evolua o conhecimento humano.

Lancaster (citado por Carneiro, 1985) refere que um programa de avaliação pode concentrar-se num subsistema de indexação, como a política e procedimentos de indexação. Contudo, este subsistema não pode ser

avaliado isoladamente, uma vez que os vários subsistemas (indexação, pesquisa, linguagens documentais, interface utilizador X sistema) estão interligados, ou seja, qualquer mudança num deles vai repercutir-se nos outros.

Assim, é fundamental efetuar-se uma avaliação ao sistema de recuperação da informação de modo a determinar “até que ponto o sistema está satisfazendo as necessidades dos seus usuários, que falhas estão ocorrendo e de que forma poderão ser corrigidas” (Cameiro, 1985). Nesta perspectiva, é essencial que no ND da CME seja elaborado um programa de avaliação do sistema de recuperação de informação, o qual deve estabelecer o propósito do programa de avaliação, planejar a avaliação, análise e interpretação dos resultados e refletir as modificações no sistema, com base nos resultados obtidos, de modo a melhorar o desempenho do sistema.

## **Bibliografia:**

Cameiro, Marília Vidigal (1985) Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais*, 14 (2), 221-241. Acedido em 1 de fevereiro em <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=13788>

Costa, Maria Leonor Lopes Fantesia Pereira da (2009). *Definição de uma política de indexação numa biblioteca escolar e a recuperação da informação*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Acedido em 1 de fevereiro em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/395/1/21138\\_ulfi070660\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/395/1/21138_ulfi070660_tm.pdf)

CT7 (IPQ) (Elab.) (1989). *NP 3715 1989: Documentação: Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa: IPQ.

CT7 (IPQ) (Elab.) (2000). *NP 4285-4 2000: Vocabulário – linguagens documentais*. Lisboa: IPQ.

Évora, Câmara Municipal (2012). *Núcleo de Documentação*. Página consultada em 3 de janeiro de 2013 em <http://www.cm-evora.pt/pt/conteudos/Nucleo+de+Documentação>

Nunes, Cláudio Omar (2004). Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. *Biblos, Rio Grande*, 16, 55-61. Acedido em 2 de fevereiro em <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11141>

Portugal. Biblioteca Nacional. Área de Classificação e Indexação (1998). *SIPORbase: sistema de indexação em português: manual*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Portugal. Biblioteca Nacional (2005). *CDU – Classificação Decimal Universal: tabela de autoridade*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Simões, Maria da Graça (2008a). *Classificação Decimal Universal - Fundamentos e Procedimentos*. Coimbra: Almedina.

Simões, Maria da Graça (2008b). *Da abstracção à complexidade formal: Relações conceptuais num Tesouro*.  
Coimbra: Almedina.